



## REFORMA TRIBUTÁRIA

# Expectativa do governo é de promulgação este ano

Texto que altera o sistema tributário recebe aval do Senado, nas votações em dois turnos, e seguirá de novo para a Câmara

» EDLA LULA  
» EVANDRO ÉBOLI

Vencida mais uma etapa para emplacar a Reforma Tributária, o governo corre, agora, para ver o texto promulgado ainda neste ano. Ontem, o plenário do Senado aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019) que modifica o sistema tributário. O placar de 53 votos a favor e 24 contrários se repetiu nas duas rodadas de apreciação.

Como o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), fez alterações no texto recebido da Câmara, a matéria precisa ser votada, novamente, pelos deputados. Por isso, o deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta na Casa, acompanhou toda a sessão de ontem — que durou quase oito horas — de dentro do plenário do Senado. Caberá a ele costurar os acordos para conseguir a aprovação na Câmara até dezembro.

Quem também monitorou de perto a votação foi o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernardo Appy. Ele celebrou efusivamente a vitória. “Foi preciso fazer uma costura política para aprovar (o relatório), mas a relação custo-benefício foi muito boa”, comemorou.

Entre as alterações feitas por Braga, está uma trava para impedir a elevação da carga tributária. Além disso, ampliou a lista de exceções e introduziu a revisão dessa lista a cada cinco anos. O texto do relator também determina a devolução do imposto cobrado na conta de luz e no gás de cozinha da população de baixa renda, por meio do cashback, além de produtos da cesta básica.

Braga acolheu, ontem, outras seis emendas de plenário, de 26 apresentadas durante as discussões. Ao todo, o substitutivo recebeu 837 emendas, das quais o senador acatou 272. Algumas das emendas incluídas nesta quarta-feira ampliam a relação de setores que terão redução de alíquotas.

Uma delas, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB), submete ao regime específico de tributação os bens e serviços que promovam a economia circular visando à sustentabilidade no uso de recursos naturais. Há,



**A reforma se impôs porque o Brasil não podia mais conviver com o atraso”**

**Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado**

ainda, duas da senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB): uma que insere o setor de produção de eventos no rol de bens e serviços que terão direito a desconto de 60% nas alíquotas de IBS.

Outra emenda da parlamentar submete a regime específico de tributação as operações de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica.

Foi incluído no texto, também, a previsão da criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia ocidental e do Amapá, a ser constituído com recursos da União.

Todos os destaques apresentados pela oposição foram rejeitados. O mais polêmico, do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), propunha a alíquota máxima para o novo Imposto sobre o Valor Agregado Dual em 20%. Ao argumentar contra essa proposta, Braga frisou que a fixação de um limite para a alíquota ia ferir a autonomia e a competência federativa.

“Com a trava que estamos oferecendo, garantimos a neutralidade tributária. Se o PIB não cresce, não podemos aumentar a carga tributária”, destacou o relator.

Antes da votação, senadores que trabalharam a favor da Reforma Tributária circularam pelo Senado convencendo os colegas. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), se empenhou pessoalmente. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), também atuava. Ele elogiou o comportamento da oposição e agradeceu os votos favoráveis de aliados de Bolsonaro. “Essa reforma não é amarela, não é vermelha. Ela é Brasil. Ela começou a ser discutida em outros governos e está sendo concluída no governo Lula. Mas é do Brasil”, ressaltou.

## Principais mudanças

Veja o que prevê o texto da reforma tributária

### 1. Imposto sobre Valor Agregado (IVA)

O texto extingue e substitui tributos sobre consumo, casos do IPI, PIS e Cofins, todos federais; o ICMS, estadual; e o ISS, municipal. Conforme o parecer, todos darão lugar ao IVA, que será dividido em dois tipos, um do governo federal e outro compartilhado entre estados e municípios. Os três federais formarão a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). E os outros dois serão batizados de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

### 2. “Imposto do Pecado”

Tributo que vai incidir sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, casos de cigarros e bebida alcoólicas. Uma Lei ordinária, posterior, definirá as alíquotas a serem cobradas.

### 3. Transição dos modelos

A mudança para o novo regime, de unificação dos tributos, se dará em sete anos, entre 2026 e 2032. Essa transição objetiva preservar estados e municípios, para não perderem arrecadação até lá.

### 4. Direito ao cashback

É a devolução de parte do imposto pago por pessoas que vivem em condições mais vulneráveis. O primeiro parecer do relator incluía a conta de energia. Ontem, foi acrescentada a devolução do imposto pago sobre o botijão de gás. Uma lei complementar vai detalhar como se dará essa devolução e qual o valor.

### 5. Alíquota zero nos medicamentos

A emenda do senador Fabiano Contarato (PT-ES) prevê a desoneração na compra de medicamentos e dispositivos médicos pela administração pública ou entidades sem fins lucrativos.

### 6. Benefício fiscal às SAFs

As chamadas Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs) poderão ter regime específico com a reforma. Vários clubes do país, como Botafogo, Cruzeiro e Bahia, já aderiram ao modelo.

### 7. Premiação

Os estados e municípios que arrecadarem mais serão premiados quando houver a distribuição do montante total da União.

### 8. Setor automotivo

Foi incluído um dispositivo que prevê isenção de impostos às indústrias automotivas que invistam em carros movidos a álcool, e não apenas para os elétricos, como era destacado no texto anterior.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

## Entidade estima internet mais cara

» RAFAELA GONÇALVES

A Associação Brasileira de Internet (Abranet) estima que a aprovação da reforma tributária pode gerar um aumento de até 20% nos preços para o consumidor final. Em café da manhã com parlamentares em Brasília, representantes do setor de tecnologia da informação pediram um tratamento diferenciado para o segmento.

Os líderes de entidades defendem a inserção de empresas de internet, conectividade, serviços digitais, softwares e tecnologia da informação entre as atividades incorporadas na alíquota reduzida em 60% da alíquota padrão. A justificativa é de que essas empresas promovem a inclusão digital e

a eficiência na economia.

Segundo o diretor da Abranet, Eduardo Parajo, o texto pode provocar alta dos custos para o setor, pois vai aumentar os impostos na folha de pagamento das empresas e, consequentemente, o consumidor final será prejudicado com a elevação de preços nos serviços digitais, como a internet.

“O impacto negativo será alto para a população. Esse aumento de impostos no setor vai acarretar um aumento dos custos da internet para o usuário final entre 15% e 20%. Infelizmente, esse impacto não está sendo observado na reforma”, avaliou.

Um estudo da associação aponta que os Estados Unidos têm um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de US\$ 25

trilhões, dividido da seguinte forma: 81% para serviços, 18% para indústria e 1%, agricultura. Dos 81% voltados para o setor de serviços, 7% dos investimentos são na área de tecnologia — um montante que representa US\$ 1,8 trilhão.

### Penalizar

“O setor de tecnologia dos Estados Unidos representa quase todo o PIB brasileiro. Enquanto isso, vemos o governo fazer esforços para amenizar impostos para a indústria e penalizar os serviços e a tecnologia. Se a Reforma Tributária for adiante no modelo atual, seremos um país atrasado tecnologicamente”, enfatizou o diretor.

A Abranet prevê uma “enorme

queda na demanda de serviços” e que, com isso, muitos negócios ficariam inviáveis. Segundo o vice-presidente da associação, Jesaias Arruda, uma saída seria ampliar a discussão sobre os créditos da folha de pagamento serem abatidos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), já que o setor tem grande empregabilidade no país.

Ele lembrou, ainda, que grande parte da população não tem condições de custear o uso da conectividade com a internet. “Precisamos atuar juntos para, pelo menos, manter os números atuais, para que as mudanças propostas na Reforma Tributária não recaiam sobre os consumidores, o elo mais fraco da cadeia”, completou.

## PEC merece uma nota 7,5 com louvor, diz Haddad

Diogo Zacarias



Haddad: “Estamos celebrando esse gesto do Congresso Nacional”

» HENRIQUE LESSA  
» ÁNDREA MALCHER

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a aprovação da PEC da Reforma Tributária. Segundo ele, mesmo que o texto não seja o ideal tecnicamente, foi o resultado das negociações no Parlamento. “Estamos saindo de um sistema tributário nota dois, não para o sistema tributário nota 10, porque teve muita discussão e acordo para chegar a esse resultado, mas certamente estaremos em uma situação bem melhor”, afirmou, ontem à noite, na saída do ministério. “Essa PEC merece uma nota 7,5 com louvor e tem um dispositivo que pode transformar em uma nota 10, já que, a cada quatro anos, você vai fazer

uma revisão das exceções. Isso tudo vai ajudar o país a encontrar o equilíbrio entre os setores e o equilíbrio federativo.”

Para ele, a estrutura central do projeto está intocada, como a unificação dos cinco impostos sobre consumo no IVA dual, sendo um para os tributos federais e outro para os estaduais e municipais. “O que era constitucional está lá no texto, a espinha dorsal foi mantida e os mecanismos de aperfeiçoamento do sistema econômico brasileiro estão preservados, então estamos celebrando esse gesto do Congresso Nacional, que atendeu a um apelo também do governo, mas a iniciativa partiu deles”, enfatizou.

Haddad ressaltou que a desoneração de investimentos, exportações e cesta básica e a

regressividade revertida farão o novo sistema tributário mais transparente ao consumidor e convidativo ao investimento nacional e estrangeiro.

“Acredito que seja possível a promulgação da Reforma Tributária ainda este ano, mesmo voltando para a Câmara. Penso que Aguiinaldo (Ribeiro, deputado do PP-PB, relator da proposta na Câmara) está afiado para mexer ou não no texto, mas já tem exatamente o mapa do que é preciso fazer para ouvir os deputados”, acrescentou.

### Bolsonaro

Já o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou o texto, acusando o PT de estar “ao lado de tudo aquilo que repudiamos”. “Por que então essa proposta de Reforma

Tributária seria boa?”, questionou. “De concreto, teremos o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) mais caro do mundo. O Brasil não pode ter um ou outro estado bem, e os demais prejudicados. A economia não vai girar. Todos perderão”, escreveu no X (antigo Twitter).

Ele alfinetou parlamentares aliados favoráveis à medida. “Alguns senadores dizem que tiveram algumas de suas emendas acolhidas e votarão com os comunistas, pois alegam que seu estado não será afetado ou será menos prejudicado”, reprovou.

Bolsonaro esteve, ontem, na Câmara, com o embaixador de Israel, Daniel Zohar Zonshine, para ver um “filme sobre as atrocidades do Hamas no dia 7 de outubro”.